



O LUGAR DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA DISCUSSÃO VISTA DO LADO DE CÁ

DE OLIVEIRA, Émerson Dias¹; STIPP, Deborah Kiara dos Santos Felipe²; LUIZ, Cleide de Oliveira Souza³; SANTOS, Aline Luz Marinho dos⁴

RESUMO

A globalização tem sido um assunto que carrega os mais variados vieses teórico-científicos nos últimos tempos, uma reflexão que corriqueiramente se volta no anúncio das evoluções técnicas e conjunturais advindas deste processo. Contudo, uma reflexão que considere o lado “fraco” desta questão nem sempre são trazidos para o debate, deixando de lado a perspectiva dos sujeitos que recebem a imposições desta globalização financeirizada. Neste estudo, têm-se um aporte teórico embasado nas pesquisas de Santos (2011), sendo que se buscou uma breve reflexão e diálogo acerca de uma “outra globalização”, a qual pode ser construída na própria periferia mundial, bem como pelos seus respectivos sujeitos marginais (os que vivem à margem). A importância deste entendimento assume um caráter fundamental para a criação de cidadãos críticos e cientes do seu papel na sociedade, sendo este o intento central do presente ensaio. Por isso, a consolidação deste desafio é uma questão que carece quase que exclusivamente dos próprios sujeitos sociais, uma tarefa que inicialmente precisa da criticidade e a partir de então se oportuniza as iniciativas populares proativas e contextualizadas com suas respectivas localidades.

Palavras-chave: Globalização; Cidadania; Inclusão Social; Sociedade; Ensino de Geografia.

THE PLACE OF GLOBALIZATION IN THE CONTEMPORARY WORLD: A DISCUSSION SEEN FROM THE SIDE OF HERE

ABSTRACT

Globalization has been a subject that carries the most varied theoretical-scientific biases in recent times, a reflection that usually returns in the announcement of the technical and conjunctural evolutions coming from this process. However, a reflection that considers the "weak" side of this issue is not always brought to the debate, leaving aside the perspective of the subjects who receive the impositions of this financialized globalization. In this study, a theoretical contribution was made in the studies of Santos (2011), where a brief dialogue was sought about a "other globalization", which can be perfectly constructed in the world periphery itself, as well as by its respective marginal subjects those who live on the sidelines). The importance of this understanding assumes a fundamental character for the creation of critical citizens and aware of their role in

¹ Doutor em Geografia pela UEL (2019). Professor do Colegiado de Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR. E-mail: cooperativismopopular@hotmail.com.

² Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR. E-mail: deborahkiarastipp@gmail.com.

³ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR. E-mail: cleide-luiz-ivp@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR. E-mail: alineluzmarinhodosantos@gmail.com.

society, this being the central intent of this essay. For this reason, the consolidation of this challenge is an issue that almost exclusively requires the social subjects themselves, a task that initially needs criticality and from then on, proactive and contextualized popular initiatives with their respective localities.

Key words: Globalization; Citizenship; Social inclusion; Society; Geography teaching.

1. INTRODUÇÃO

A globalização enquanto apreensão teórica nas discussões da geografia escolar está caracterizada por uma série de entendimentos, os quais muitas vezes acabam confundindo ainda mais a compreensão por parte dos alunos. A pulverização deste termo tem sido marcada, frequentemente, pela chamada síndrome do “samba-enredo”, isto é, a palavra “globalização” tem se caracterizado por ter muito mais “alegoria” do que “enredo” (GONÇALVES, 2002). Considerando esta problemática, o presente estudo propôs um debate que se volta em discorrer (teoricamente) este assunto na contemporaneidade, um discurso que esteja acessível e de fácil entendimento aos interessados desta abordagem, com destaque para o alunado da educação básica.

A necessidade de se refletir os impactos e a conceituação da globalização são de importância capital, pois os seus reflexos se fazem presentes nas mais inimagináveis dimensões do globo terrestre, ou seja, em todas as escalas geográficas, uma questão que tanto pode aproximar quanto separar um mesmo grupo social. O que se percebe na realidade é uma secundarização das economias nacionais em proveito das decisões tomadas por organismos de dimensão globalizada. “Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo o lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são “hegemônicos” (IANNI, 1996, p. 13). Por meio do debate crítico com relação à globalização se busca contribuir a formação não de alunos passivos, mas de sujeitos ativos que se percebam enquanto atores e produtores do meio social, possibilitando assim a construção de um “Mundo Global visto do lado de cá” (SANTIAGO, 2006).

Esta abordagem traz consigo a necessidade se falar da cidadania⁵ e dignidade social, uma discussão que precisa abranger todo o processo formativo dos alunos. Dada a complexidade que essa questão envolve, ela acaba sendo objeto de estudo das mais variadas disciplinas científicas como geografia, economia, sociologia e educação. O desafio aqui é o da construção de uma nova e autêntica percepção do espaço geográfico que esteja posicionada para além dos modelos hegemonzados pelo

⁵ Formar cidadão (...) na diversidade de estilos e desigualdade de condições de vida humana presentes na contemporaneidade, sobretudo em determinados países, como o Brasil, é algo extremamente complexo e exige do professor atenção ao mundo do aluno em seu cotidiano de sala de aula (CAVALCANTI, 2010, p.12).

capitalismo, a crítica se estabelece em refletir a ideologia vigente de que “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 1998, p. 13). Portanto, fica claro que é possível e existe uma racionalidade do espaço geográfico que não seja arbitrada apenas pela racionalidade do capital, mas também na vontade e desejo dos sujeitos sociais.

Considerando a complexidade que envolve a teorização deste assunto, este estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica enquanto encaminhamento metodológico. Para Alves (1992), esta metodologia permite ao pesquisador um melhor esclarecimento do objeto de estudo, além de indicar as distintas apreensões conceituais, processos e instrumentos do tema em estudo. Além disso, a revisão permite:

[...] um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (ALVES, 1992, p. 54).

Neste tipo de pesquisa se constrói subsídios para refletir de forma mais aprofundada a temática pesquisada, instante em que são indicadas as diferentes perspectivas inclusas na literatura científica. Por isso, é de fundamental importância a realização de uma idealização sistemática do processo de pesquisa, um esforço que abrange desde o instante de escolha da temática, passando pela elaboração teórica do estudo até a determinação do seu formato de apresentação e divulgação, sendo este um cuidado tomado quando se definiu a discussão da globalização enquanto categoria conceitual no universo escolar. Com isso, é válido e necessário que se aprenda a perceber o espaço como um episódio totalizante e relacional.

Enfim, “globalização como querem os teóricos anglo-saxões ou mundialização como querem os francófonos é um processo que resulta do aprofundamento e da mundialização das relações e das práticas sociais no espaço” (FLORES; TONINI, 2014, p. 361). Neste sentido, dada a capacidade contraditória e sutil que caracteriza a globalização, é crucial a sua reflexão, pois junto destes debates surgem diversas questões polêmicas presentes no cotidiano social (os conflitos agrários, a segregação socioespacial, a criminalidade, entre outros), o que acaba por exigir uma percepção crítica e ampliada do espaço geográfico por parte dos alunos. Para tanto, se faz necessário a realização de questionamentos acerca do sentido e conceito da globalização. Existe mesmo uma sociedade globalizada? Qual a perceptiva e dimensão desta questão? Eis a dificuldade de quando se referencia esta temática, sendo que o desafio neste ensaio se reveste justamente em construir um melhor entendimento desta abordagem.

Para isso, estão colocados em evidência outros conceitos geográficos necessários nesta tarefa, um esforço que busca dar conta da realidade social dos sujeitos envolvidos neste processo.

2. UM DEBATE ACERCA DOS SENTIDOS E PROPÓSITOS DA GLOBALIZAÇÃO

É bem verdade que quando se remete ao discurso da globalização logo se vêm à tona implicações atreladas nos aspectos economicistas, contudo, este fenômeno é bem mais do que isto. O sentido desta questão possui um caráter multifacetado que insere em seus conteúdos dimensões sociais, políticas, tecnológicas, jurídicas, culturais, entre outros, considerações estas que nem sempre são avaliadas quando se pretende abordar uma adequada reflexão desta temática. A crítica central que permeia este assunto refere-se à rotulação superficial e homogênea que é direcionada aos diferentes espaços geográficos por iniciativa dos processos globalizantes, pois é justamente esta estrutura organizativa que faz aflorar uma assimetria acentuada entre os diferentes agentes sociais. Ou seja, o sentimento da equidade social é aqui uma realização impossibilitada, pois tratamentos “personalizados” são fatos que retardam as perspectivas da produção em massa e do tempo acelerado, itens estes tão caros aos propósitos da globalização.

Este ideário foi à percepção que permeou e ainda se faz presente em grande parcela das reflexões teóricas contemporânea deste tema, isto é, uma contínua padronização cultural, do modo de vida, dos valores, das vontades, entre outros aspectos sociais, em nível global, o que configuraria o fim da dimensão regional e/ou até do próprio Estado-nação. “A ‘globalização’ é algo inédito no percurso histórico da modernidade [...] É algo que se constitui, pouco a pouco, a partir da crise do capitalismo, que ocorre desde 1973, e que, sob o impulso da revolução científico-tecnológica, atinge notável impulso nas décadas de 80 e 90” (ALVES, 1997, p. 166). E é precisamente nesses aportes técnicos que o grande capital se reveste para estruturar uma globalização do tipo perversa (SANTOS, 2011).

Assim, o entendimento do planeta ficou a cargo da chamada “Aldeia Global⁶”, uma analogia à livre circulação de produtos, pessoas, ideologias e capital, além da crescente ampliação das áreas de influência das corporações transnacionais⁷. “Enquanto processo material, de natureza sociohistórica, ela se caracteriza por ser um ‘complexo de complexo’ constituído pelo entrelaçamento da dimensão

⁶ Terminologia teorizada pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan em meados dos anos 1960.

⁷ O sentido “transnacional” é uma proposta estudada por Dicken (1998) e refere-se aos empreendimentos com fins lucrativos, que operam em mais de um país. Portanto, “[...] é aquela que tem o poder de co-ordenar e controlar operações em mais de um país, mesmo que ela não tenha o controle acionário total nas distintas localidades onde se encontra” (p. 177). Para o autor, esse tipo de organização é a que mais se beneficia do fenômeno da globalização devido à desregulamentação econômica e da privatização das empresas estatais.

comercial, produtiva e financeira” (ALVES, 1997, p. 166). Portanto, é crucial potencializar estas discussões no sentido de constituir sujeitos politizados no meio social, um esforço que se inicia essencialmente no ambiente escolar (mas não somente aí) e que tem a intenção de instituir uma globalização que também possa ser “vista do lado de cá” (SANTIAGO, 2006).

Ao discorrer acerca desta questão, Santos (2008) divide a historicidade do espaço enquanto forma de melhor compreender os processos evolutivos elaboradas pelo homem. Inicialmente, por volta do século XV tem-se uma revolução dos transportes marítimos, com destaque para Espanha e Portugal, cenário em que os mais distantes pontos do planeta passam a ser conhecidos e o comércio é intensificado. Em meados do século XVIII, tem-se o surgimento da revolução industrial que migra do carvão para a eletricidade e petróleo enquanto fonte de energia. Já no fim do século XX, surge a revolução tecnológica, marcada pela sociedade computacional e da informação. Atualmente, fala-se em uma quarta fase revolucionária, surgindo assim o termo indústria 4.0. Essa noção refere-se às tendências surgidas nesta última mudança de século, sendo a sua discussão bastante evidenciada em 2011 na Alemanha como uma estratégia de alta tecnologia para o ano de 2020 (ZHOU; LIU; ZHOU, 2015). Para Rüßmann et al. (2015), nesta geração industrial ganha destaque nove pilares centrais: Big data; Computação em nuvem; Integração de sistemas vertical e horizontal; Inteligência artificial; Internet industrial das coisas; Realidade virtual; Robôs autônomos; Segurança cibernética; Simulação e impressão 3D.

Portanto, diversas realidades que até bem pouco tempo eram apenas produto da ficção humana, hoje se apresentam enquanto realidades concretas que imprimem uma reestruturação significativa no cotidiano social. Entretanto, os benefícios decorrentes destas inovações ao invés de melhorar a qualidade de vida humana têm servido como ferramenta de exclusão social, uma estrutura que serve para beneficiar os atores hegemônicos do sistema capitalista. “É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle” (SANTOS, 2011, p. 39). Para o autor, esta é uma realização perversa que tem a sua legalidade e legitimidade validade tanto pelas instituições jurídicas, como as financeiras.

A mundialização que se vê é perversa [...] [...] Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificação da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo (SANTOS, 1997, p. 17).

Portanto, a globalização é uma realização que está carregada de apresentações peculiares a cada contexto social que lhe é envolvido: existindo uma globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade, sendo que este último caso pode vir a ser “uma outra globalização” (SANTOS, 2011). É justamente este último cenário que está à essência para incutir uma reflexão crítica e adequada no meio social, isto é, uma interpretação solidária e que se baseia em valores que vão de encontro com as noções globalizantes dos agentes hegemônicos. “Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem [...] O ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos” (SANTOS, 2011, p. 72).

A inserção de um debate vinculado com uma globalização vista como “fábula” aborda em seus sentidos a construção de um mundo “como nos fazem acreditar que seja”, ou seja, é uma verdade que está presente na maioria das ideologias contemporâneas referentes aos termos da globalização (SANTOS, 2011). Nesta perspectiva, as mídias populares exercem um papel fundamental ao pulverizar os discursos “benéficos” deste processo, sendo midiaticizadas tão somente as realizações sociais que querem que a população veja. O aparato tecnológico e a instigação ao culto do consumo mercadológico são colocados como acessíveis a todos a exemplo do enunciado no trecho a seguir:

Há um século, meios de comunicação como rádio e o telefone tinham acabado de ser inventados, e nem todo mundo poderia tê-los, além de o acesso à informação ser restrito. Hoje em dia, é possível obter, em segundos – por meio dos noticiários televisivos, da internet e da telefonia móvel – informações sobre fatos, pessoas e paisagens de diferentes pontos do planeta (MELHEM; SÉRGIO, 2012 p. 50).

Através das fabulações instaladas neste tipo de globalização emerge outra forma globalizante, a qual está carregada de perversidades. O cotidiano social passa a ser definido e imposto por agentes que lhe são externos, os quais são na realidade os “donos do poder”. É esta a verdadeira globalização que vê em voga, uma verdadeira fábrica de perversidades que acaba produzindo o desemprego crônico, a pobreza, epidemias e pandemias, mortalidade infantil permanente, descaso por parte do poder público, entre outros cenários de privações que os discursos “modernizantes” desta globalização, que é perversa, buscam desconstruir. Trata-se, portanto, de uma globalização tal qual ela é efetivamente, uma realização que não está manifesta em fatos isolados, mas que é na verdade uma construção perversa sistêmica. “As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir a formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 2007, p. 202).

Esse sistema da perversidade inclui a morte da Política (com um P maiúsculo), já que a condução do processo político passa a ser atributo das grandes empresas. Junte-se a isso o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado. Daí o ensinamento e o aprendizado de comportamentos dos quais estão ausentes objetivos finalísticos e éticos. Assim elaborado, o sistema da perversidade legitima a preeminência de uma ação hegemônica mas sem responsabilidade, e a instalação sem contrapartida de uma ordem entrópica, com a produção “natural” da desordem (SANTOS, 2011, p. 30).

Para o autor, o que se percebe na realidade é um “globalitarismo” determinado pelos grupos capitalistas hegemônicos sobre os desvalidos da terra, uma vez que o desemprego, a pobreza e até a miséria são vistos como algo normal e parte do mundo. Toda a riqueza produzida, toda a técnica construída e todo o conhecimento acumulado são na realidade, forças que acentua e consolida ainda mais as diferenças locais. Assim, é instituído “[...] um mundo social constituído por perdedores e ganhadores. Os cidadãos (ou países e regiões) com capacidades para tirar vantagens dela - da ‘globalização’- tornam-se os ganhadores e aqueles sem tais capacidades tornam-se os perdedores ou marginalizados” (ALVES, 1997, p. 170). Os argumentos que mascaram tal cenário estão colocados no viés demagógico da “meritocracia”, perpetuando a histórica condição de inferioridade da grande maioria social e favorecendo uma restrita parcela de “bem nascidos” que integram a elite dominante.

Por ter esta formação socioeconômica instalada pela força do capital no sentido de uma atuação contrária ao bem estar da coletividade social, Santos (1977) nomeia este quadro como a “Totalidade do Diabo”. É uma alusão aos terríveis efeitos que o sistema econômico impõe à sociedade, restando tão somente desumanidade em proveito da concentração do capital. “As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação sócio-econômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 1977, p. 42). Este contexto é uma realização perfeitamente visível em países periféricos, a exemplo do Brasil, pois se tem uma significativa alteração de sua estrutura produtiva com a finalidade de facilitar e favorecer a aceleração do ganho de capital. Infelizmente este tipo de “globalização” é ainda hoje um desejo buscado por grande parcela das nações mundo afora, um esforço que é quase sempre liderado pelos grupos político-econômicos que governam estes limites férteis para a exploração capitalista. Dessa feita, “a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural” (SANTOS, 2011, p. 142) e desvinculado do ‘local’.

Esta é uma situação promovida pelo capital e está permeada pelo abandono da solidariedade, dos valores éticas, morais ou cívicos. Assim, tem-se uma “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2002) e que está constantemente assombrada pelo receio de não serem competitivos no mercado de trabalho, isto tudo em um contexto aonde “a concorrência atual não é mais a velha concorrência,

sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão” (SANTOS, 2011, p.46). O temor de não terem aceitação como operários nas empresas e ficarem à margem (os marginais) muda toda a vida do trabalhador, a qual passa a ser resumida em uma diuturna busca por um nível ideal de “empregabilidade” em proveito do capital. Este último sim é o senhor de tudo e de todos, percebendo os sujeitos como meros serviçais descartáveis. Infelizmente, este cenário é uma rotatória que gira cada vez mais rápido e igualmente tem uma cobrança crescente das pessoas, exigindo uma qualificação profissional que acompanhe as próprias inovações tecnológicas criadas pelo “*homo economicus*” (POLANYI, 2000). Assim, “em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico [...] a sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis” (POLANYI, 2000, p. 77).

Para Polanyi (2000), “a grande transformação” pela qual passou a sociedade (criador) ao instituir o mercado (criatura) se reflete na autonomia deste último em relação ao seu criador (sociedade), convertendo-se assim em um “moinho satânico” que “triturou os homens, transformando-os em massa” (POLANYI, 2000, p. 51). Tem-se assim uma inversão na motivação das ações por parte dos integrantes da sociedade, uma vez que “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60) e “o produtor se tornando submisso ao objeto produzido” (SANTOS, 2002b, p. 37). Por isso, o estabelecimento da sociedade de mercado, da economia de mercado e do mercado dito auto-regulável passou a impor uma nova lógica organizativa do tecido social, a qual tem como parâmetro única e exclusivamente o mercado. A produção, as ideias, os esforços, os rendimentos, os serviços, o trabalho, as políticas, enfim, todo o cotidiano humano se converte em mercadoria e passa a ser aferido economicamente (POLANYI, 2000). Por fim:

[...] o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho (MARX, 1996, p. 379).

Portanto, desde a consolidação do capitalismo ainda no século XIX, as críticas deste sistema já anunciavam o paradoxo que lhe dá sentido, ou seja, os atuais discursos da globalização é uma tragédia anunciada mesmo antes das suas “modernas” inovações contemporâneas. Com isso, é fundamental o fortalecimento e ampliação de um debate que pense o mundo na perspectiva de seus sujeitos sociais e não pela ótica do capital. Esta perspectiva foi cirurgicamente proferida pelo presidente francês em pronunciamento da conferência da Organização Internacional do Trabalho em 1996, frisando que o êxito para “que a mundialização aporte benefícios para todos - tanto nos países industrializados como nos países em transição; tanto nos países emergentes como nos países mais desfavorecidos -, é preciso pôr a economia ao serviço do ser humano, e não o ser humano a serviço dela” (SUSSEKIND, 2001).

Assim, é esta globalização que se faz necessária refletir, um entendimento do mundo enquanto lugar da vida e não do dinheiro, na qual o capital seja colocado enquanto um instrumento de melhoria humana, bem distante do seu atual propósito que o conflito, a disputa e a desagregação dos grupos sociais. Este desafio é uma reflexão seminal em Santos (2011) ao propor outra possibilidade de mundo, sendo que tal tarefa não é questão fácil, pois “a gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2011, p. 141). Assim sendo, é das bases sociais que esse jogo será revertido, cabendo a escola contribuir neste processo de forjar sujeitos cientes do seu papel e importância no mundo, bem como deste próprio mundo que a mídia corriqueiramente insiste em reproduzir enquanto perversidade.

3. A GLOBALIZAÇÃO PENSADA DO LADO DE CÁ

A capacidade dos sujeitos sociais se posicionarem de forma crítica e ativa no mundo é na verdade o grande temor do capital, sendo justamente por isso que toda a estrutura social, inclusive uma significativa parcela da própria humanidade, é usada em função de se perpetuar o status quo do capitalismo. Por isso, a superação de todos os cenários de miserabilidade resultante da globalização hegemônica se resume na (re)interpretação de mundo por parte da própria humanidade, uma consciência que se faz urgente e necessária para a própria continuidade da espécie humana. Não estão aqui colocados entendimentos impressionistas, mas uma verdade lógica e já evidenciada pela própria natureza, pois o planeta é uma totalidade que busca o equilíbrio e a sustentabilidade funcional, um sistema que diverge radicalmente da noção imediatista e fragmentada imposta pela exploração capitalista desenfreada.

Em decorrência de tudo e todos serem “recursos”, tem-se um desarranjo do sistema mundo: no viés ambiental existem os desastres naturais, que apesar de alguns serem ‘naturais’, estes fenômenos são cada vez mais intensificados pela irracional e insaciável depredação da natureza. Já no sentido social, a pobreza, a escassez, a fome, a criminalidade, a prostituição e todo e qualquer outro tipo de desventura humana tem a sua ampliação em virtude da crescente e absurda concentração da riqueza econômica. Afinal, o planeta é um espaço limitado e finito, sendo impossível manter a luxúria sem limites de uns poucos e não haver uma contrapartida em forma de penúria ilimitada para uma parcela ampliada de ‘marginais’ do mundo. Como já colocado, a Terra é uma constante busca por equilíbrio, pois o desequilíbrio também faz parte do movimento dialético.

Assim, a reversão deste cenário está aqui e agora, pois aguardar pelas mídias populares, as corporações, os governos, entre outros agentes sociais que partilhem esta lógica globalizante será uma espera sem fim. Na verdade, a mobilização em favor do social é uma ilusão, uma utopia que só existe na “globalização como fábula” (SANTOS, 2011), um mundo que só ficou mais ‘fácil’, ‘instantâneo’ e ‘próximo’ para a reprodução ampliada do capital e quase raramente para o social, ou seja, é uma astuciosa prática de comercializar um arsenal de “‘mentiras’ fantasiadas em ‘verdades’” (SANTOS, 2002a, p. 79). Contudo, é a globalização para além do econômico que se faz necessária, a qual considere os lugares e as pessoas enquanto agentes proativos e proprietários dos próprios destinos, uma interpretação de mundo que tenha a dimensão local enquanto ponto de partida.

A resistência ao capital, ainda que limitada, já se faz presente nos próprios domínios do capital e tem, cada vez mais, procurado espaço para florescer e frutificar nas próprias entranhas do capitalismo. Trata-se de um espírito de consciência humana que tenha uma racionalidade no social em detrimento do mercadológico. Esta nova e necessária concepção é uma realização social que deve originar da “[...] experiência da escassez, um revelador cotidiano da verdadeira situação de cada pessoa é, desse modo, um dado fundamental na aceleração da tomada de consciência” (SANTOS, 2011, p. 113). Esta mobilização é uma verdade que já está em curso no mundo desde a segunda metade do século XX, uma iniciativa que tinha naquela ocasião os reflexos do esgotamento do Estado do Bem-estar social (Welfare State) em proveito da onda neoliberal, fato este que culminou na descarada secundarização da perspectiva social em relação aos desejos do mercado (SINGER, 2002).

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao

cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível (SANTOS, 2011, p. 85).

A continuidade pela busca em se construir uma nova cidadania é uma questão crucial na contemporaneidade, oportunizar aos sujeitos que interpretem o seu papel no mundo. Discorrendo desta problemática, Santos (2002b, p. 42) entende que “o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é que dele faz um indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo”. Este desafio é uma carência junto aos espaços sociais, na comunidade, no meio escolar, na igreja, enfim, nos lugares em que a proximidade e solidariedade humana ainda existem.

Em relação ao ensino, este debate vem sofrendo percas consideráveis, cenário esse que é bastante visíveis com as atuais pautas de governos no poder, uma realidade que ocorre nos três entes federados (União, Estados e Municípios). Com isso, os investimentos públicos são nesse setor são cada vez mais escassos, além de que as políticas públicas e privadas têm priorizado formações para as áreas científicas que tragam retornos financeiros: a exemplo da agronomia, medicina, veterinária, bioquímica, engenharias diversas, entre outros, ou seja, uma pauta que não entende a áreas de humanidades como fundamental para a formação crítica dos sujeitos.

Assim, a comunidade escolar (pedagogos, professores de humanas, pais e direção) é em parte, um dos poucos promovedores de uma geração ativa e consciente do seu papel do seu processo histórico e que realmente esteja a serviço da coletividade e do bem comum, ou seja, um esforço para a formação de sujeitos capazes de entender a sociedade, a sua situação no meio social e de compreender os seus direitos e os caminhos para poder reivindicá-los (SANTOS, 2011). Essa prática educativa é no entendimento de Freire (1996, p. 46) um que busca:

[...] propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

Dessa feita, conforme Santos (2011, p. 55), “nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão de espíritos”, devolvendo ao homem a sua dimensão protagonista, isto é, uma maior valorização da vida e do bem comum coletivo, uma globalização mais humana. Assim, é da periferia para o centro, é da base para o ápice que uma revolução dos ‘desvalidos’ poderá auxiliar na construção

de uma ordem social menos injusta e que posicione o mercado enquanto um instrumento a serviço da humanidade.

Fala-se aqui na mobilização de um capital social entre os sujeitos, pois este tipo de recursos é fortalecido quanto mais se movimenta nas comunidades. Essa consciência política surge enquanto um processo contínuo, o qual está dotado de práticas dialógicas e escuta promovida nos agrupamentos democráticos. A própria realidade social dos sujeitos é tomada enquanto parâmetro de análise e a transação financeira deste cenário têm um forte vínculo com as perspectivas da Economia Solidária. Assim, uma infinidade de iniciativas populares ganham vez e voz, realização social esta que na década de 1980 teve uma crescente significativa em toda a América Latina e propôs uma “outra economia” que gera renda e trabalho para milhões de desempregados. Uma lógica que estabelece novas formas de relação entre as pessoas e destas com a sociedade que as rodeia (SINGER, 2002).

Suas ações concretas e suas bandeiras atuais reclamam o caráter universal irrevogável dos direitos dos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia. Ela refuta a separação entre as esferas social e econômica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade. Seu olhar crítico sobre o silêncio da Economia Social precedente a respeito dessas questões, sua insistência quanto à dimensão política das iniciativas que promove e sua adesão aos movimentos altermundialistas conduziram vários dos seus defensores a designá-la de Economia Solidária, termo então predominante na América Latina (GAIGER, 2009, p. 84, grifo do autor).

Neste sentido, as comunidades de cada região do globo se organizam de um jeito próprio para superar a exploração imposta pelo capital, surgindo assim um cabedal de iniciativas populares e que representam diversas apreensões conceituais: economia solidária, economia popular solidária, economia popular, sócio-economia, economia social, economia de comunhão, economia do terceiro setor, colaboração solidária, entre outros. Apesar das distintas nomenclaturas, a essência ideológica é a mesma, ou seja, uma crítica ao capitalismo, um empreitada prático-teórica em construção, mas que se propõem a dar sentido e valor às iniciativas populares dos trabalhadores e de seus lugares (HADDAD, 2005). Esta conscientização favorece o surgimento de uma coesão classicista entre os trabalhadores, sujeitos que assumem a condição de uma “classe para si”⁸ (IASI, 2006). “Com esse substrato, as iniciativas de Economia Solidária assumem a perspectiva de superar a instabilidade e a incerteza que afetam a vida material dos pobres” (GAIGER, 2009, p. 88).

⁸ Segundo Iasi (2006), a “classe em si” define-se por ser determinada por suas relações com as outras classes, enquanto a “classe para si”, além de ser uma classe do capital, reconhece-se como tal, ou seja, possui “autoconsciência”. Assim, coloca-se à classe trabalhadora ao mesmo tempo a possibilidade de saber que vende a sua força de trabalho e produz valor, mas também que pode interromper o processo de produção de mais-valia.

A Economia Solidária é utilizada aqui apenas como uma exemplificação das diversas iniciativas que podem ser tomadas enquanto possibilidade da dignidade social dos trabalhadores. No entanto, ela sozinha não dará conta de superar a escala econômica das grandes corporações mundiais, é necessária uma força-tarefa de toda a sociedade para fortalecer e constituir um movimento único em proveito do bem-estar coletivo. “É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, *a política dos de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem que ver com a política institucional” (SANTOS, 2011, p. 132, grifo do autor). Por isso, a globalização solidária é um discurso necessário nos diferentes espaços sociais, uma concepção que esteja volta tanto em apoiar quanto participar das iniciativas populares locais, deixando de contribuir com o capital de escala ampliada e fortalecer as economias dos lugares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer as implicações envolvendo a globalização é antes de tudo um temário bastante polêmico e carregado de divergências conceituais, a começar pelo surgimento deste fenômeno. Alguns autores apontam que esta realização é resultado de um processo que tem ganhado intensidade desde o período das Grandes Navegações entre os séculos XIV e XV, uma vez que aí é inicializada a questão da internacionalização do capital e da produção. Outros pesquisadores já colocam os anos pós 1950 como fase responsável pelo aprofundamento dos vínculos econômicos entre nações e os conglomerados econômicos, dado ao aumento expressivo das transações financeiras. Contudo, em ambos os contextos, o objeto central que dá vida e sentido a esta questão é o capital, o qual, no modo de produção capitalista, sempre se posicionou enquanto a finalidade da razão de ser da humanidade, sendo que as dimensões políticas, midiáticas e culturais passam a atuar enquanto acessórios de legitimação e legalidade desta estrutura.

Definitivamente, esta tem sido a globalização reproduzida nos principais meios midiáticos e até mesmo pelas estruturas sociais, deixando de lados as diversas ‘outras’ possibilidades de se discutir a globalização. Portanto, ao discorrer desta temática é necessário deixar claro de qual globalização se está falando! Qual sentido de globalização proposto! Posicionar esta questão é fundamental para coibir as abordagens demagógicas e desconexas que lhe são destinadas. Por exemplo, como falar de inclusão digital em um mundo onde grande parcela dos sujeitos mal consegue acessar uma alimentação diária suficiente que lhes garanta a própria sobrevivência? É esta a questão central discorrida ao longo do ensaio, criar um discurso de globalização feito pelos sujeitos e para os sujeitos.

Por isso, a globalização (de fato) é antes de tudo uma tomada de consciência pelos indivíduos de todo os locais mundanos, os quais possam ter seus próprios heróis, valores, costumes, ideias, desejos, enfim, sua vida ditada doe pelos seus lugares. Aqui não está feita uma profecia da sociedade retrógrada, mas da sociedade moderna localmente e que não tenha a “americanização” do mundo como a única verdade estabelecida. Esta superação não virá “dos Estados Unidos ou da Europa. Virá dos pobres, dos ‘primitivos’ e ‘atrasados’, como nós, do Terceiro Mundo, somos considerados. Estas não podem vir das classes obesas. Estas não podem ver muito. São os pobres os detentores do futuro” (SANTOS et al., 2000, p. 66).

Este entendimento é a ideia de globalização tão carente na sociedade “Pós-Moderna” (BAUMAN, 2008), incluindo o cenário brasileiro. O desalento social neste canto da América Latina também é evidente, principalmente após o golpe de 2016 do governo Dilma, contexto em que tem se instalado um enxugamento crescente da presença do Estado na sociedade. Portanto, esperar que os grupos políticos dominantes instalem pautas favoráveis a coletividade social é uma utopia, pois será das bases sociais que a construção de melhores possibilidades deverá emergir, sendo que este caminho tem nas comunidades locais, na Educação Básica e na Economia Solidária as ferramentas para renascer um ideário de dignidade e justiça social. Afinal, “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar” (SANTOS, 1996, p. 271, grifo do autor).

4. REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, v. 81, n. 5, 1992.

ALVES, G. A. P. A 'globalização' como perversidade planetária do capital. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.3, p. 165-175, 1997. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_giovanni.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 2002.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

DICKEN, P. **Mudança global** – mapeando as novas fronteiras da economia mundial, Porto Alegre: Bookman, 1998.

FLORES, S. S.; TONINI, I. Das Fábulas, Perversidades e outras possibilidades: a globalização nos livros didáticos de geografia. **Pesquisar - Revista de estudos e pesquisas em ensino de geografia**, Florianópolis, Santa Catarina, p. 359 - 372, 31 out. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, março 2009.

GONÇALVES, R. **O Nó Econômico**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.

CAVALCANTI, L. S. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. Anais do I Seminário Nacional: **currículo em movimento** – Perspectivas Atuais – Belo Horizonte, novembro de 2010.

HADDAD, F. Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás. In: MELLO, S. L. de (Org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MELHEN, A.; SERGIO, A. **Expedição Geográfica**. 2ª edição, Editora Moderna, 2012. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002899327f084db04c1c3>. Acesso em: 01 maio 2019.

Iasi, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RÜBMANN, M. et al. **Industry 4.0: The Future of Productivity and Growth in Manufacturing Industries**. 2015. Disponível em: <https://www.bcg.com/featured-insights/thought-leadership-ideas.aspx>. Acesso em: 01 maio 2019.

SANTIAGO, L. Crítica: Encontro com Milton Santos ou: O mundo visto do lado de cá. In: **Plano Crítico**, 2006. Disponível em: <http://www.planocritico.com/critica-encontro-com-milton-santos-ou-omundo-global-visto-do-lado-de-ca/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

_____. **O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a cidadania**. Publifolha: São Paulo, 2002a.

_____. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002b.

_____ et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Economia Espacial: Críticas e alternativas.**São Paulo: Edusp, 2007.

_____. A totalidade do diabo: como as formas geométricas difundem o capital e mudam as estruturas sociais (1977). In.: _____. **Economia espacial.** 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SINGER, P. I. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SUSSEKIND, A. Flexibilização da legislação trabalhista. In: **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2711200109.htm>. Acesso em 29 abr. 2019.

ZHOU, K.; LIU, T.; ZHOU, L. **Industry 4.0: Towards future industrial opportunities and challenges.** 2015 12th International Conference on Fuzzy Systems and Knowledge Discovery (fskd), Zhangjiajie, p. 2147-2152, ago. 2015. IEEE. <http://dx.doi.org/10.1109/fskd.2015.738228>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7382284>. Acesso em: 01 maio 2019.